



## Câmara dos Deputados

### Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

#### DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA TIPO DA PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº: 5.413 ANO: 2013

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☐ SIM ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☒ NÃO

1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☐ SIM ☐ Aumento de despesa. Quais?  
☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☒ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_)
- ☐ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☐ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☐ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☐ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?

- ☒ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

**4. Outras observações:** O Projeto de Lei nº 5.413, de 2013, dispõe sobre a concessão do Selo Estabelecimento Sustentável a bares e restaurantes que adotarem medidas para reduzir o desperdício de alimentos, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento. O Projeto faculta a adesão ao Selo pelos estabelecimentos interessados, de forma a incentivar a adoção de práticas inovadoras de sustentabilidade, promovendo reconhecimento oficial de atitudes em prol de medidas que reduzam o desperdício de alimentos. Assim, somente os comerciantes que se interessarem por adotar tais providências estarão sujeitos às regras da proposição e arcarão com os custos estabelecidos pelo Poder Executivo. Este último definirá adequadamente os valores destas taxas e ainda poderá estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil para implementação da matéria. Portanto, não se identifica criação específica de despesas para a União, podendo a concessão do Selo ser administrada discricionariamente, conforme conveniência e oportunidade do administrador público, atestada a disponibilidade de recursos. Dessa forma, a Proposição não apresenta implicação orçamentária e financeira.

Brasília, 9 de junho de 2017.

**Marcelo de Rezende Macedo**  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal, EC nº 95/2016; arts. 14 a 17 e 20 a 24 da LRF; PPA 2016/2019; arts. 103, 117 e 118 da LDO 2017; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.